

FM 111 0111

BIBLIOTECA

Jornal *Diário Mercantil*

Data *8 a 10.12.90*

Caderno *1* Página *4*

Seção

Assunto *Meio Ambiente*

ECO-92

Desenvolvimento e meio ambiente

Otoni Fernandes Junior*

Pouca gente no Brasil se dá conta de que a II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e De-



seenvolvimento, patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que será realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, já começou de fato. Numa conferência de escala planetária, que tratará de um tema vital para toda a sociedade e que reunirá os chefes de Estado das principais nações, os trabalhos preparatórios começam com muita antecedência.

A proposta, desta vez, é ambiciosa: tirar uma Carta da Terra, que delineará as linhas gerais de como será possível conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente, de olho nas perspectivas do século XXI. Um documento que tenha o mesmo impacto, a nível ambiental, que teve a Declaração dos Direitos do Homem, após o final da II Guerra Mundial.

Quando a conferência começar, em junho de 1992, todo o contorno desta Carta da Terra já estará definido e caberá aos chefes de Estado e de governo presentes apenas Chancellor-la, dando retoques à declaração. O cronograma preparatório começou com a reunião de Nairóbi em julho e prevê um novo encontro em fevereiro de 1991, em Washington, com três outros encontros em 1991 e dois em 1992.

No Brasil, país sede da conferência, o trabalho preparatório está a cargo do Ministério das Relações Exteriores, que tem manti-

do um intenso programa de consultas com diversos setores da sociedade, com a finalidade de formular a posição brasileira.

É preciso, porém, ampliar o leque de adesões. Como o objetivo da conferência é associar a questão ambiental ao desenvolvimento econômico, é essencial a participação do Ministério da Economia, delineando os projetos econômicos brasileiros de longo prazo, de tal forma que a delegação brasileira defenda posições que representem uma sustentação para o planejamento estratégico do País, sem cair em manifestações ligadas apenas ao curto prazo.

Até porque na conferência, além de uma carta de princípios, deverão ser estabelecidos mecanismos para financiar o desenvolvimento sustentado e garantir a transferência de tecnologia para os países carentes de tais recursos.

É preciso também ampliar o espectro de participação da sociedade civil — universidades, sindicatos, associações, entidades empresariais —, para que colaborem e deem sustentação à posição oficial brasileira e para que participem do encontro paralelo que também ocorrerá no Rio de Janeiro, em junho de 1992. A própria ONU denomina esse fórum paralelo como o dos setores independentes, não restrito às organizações ambientalistas não governamentais, justamente para atrair uma participação diversificada. A imprensa, por sua vez, cabe dar transparência a todos os eventos preparatórios do encontro de 1992, oferecendo oportunidades para essa inserção de outros setores.

*. Diretor deste jornal.